

Veículo: O Popular

Data: 04/08/2016

Páginas/Editoria: 9/Economia

Link: <http://www.opopular.com.br/?renderAsFlip>

Palavra-chave: Governo, leis, Estado, limitação, gastos, Fazenda.

Fazenda quer lei estadual que limite gasto

DÍVIDA DOS ESTADOS Segundo ministro, contrato prevê o corte de benefícios para governadores que não aprovarem as legislações

O governo federal vai agir em três frentes para garantir que os Estados tenham de limitar o crescimento dos seus gastos à inflação nos próximos anos.

De acordo com o ministro Henrique Meirelles (Fazenda), o acordo fechado com os governadores para aliviar o pagamento das dívidas com a União prevê, por exemplo, legislações estaduais que assegurem esse limite por um prazo de pelo menos dez anos.

Ao mesmo tempo, o governo federal não abre mão de que o projeto de renegociação das dívidas estaduais (PLP 257), que deve ser votado na próxima semana, garanta essa mesma limitação pelos próximos dois anos, período em que os Estados terão um alívio no pagamento de suas prestações de R\$ 50 bilhões.

Em uma terceira frente, o ministro afirma que pode ser feita uma alteração na emenda constitucional que limita o crescimento do gasto federal à inflação (PEC 241) para incluir os Estados.

“O compromisso dos Estados é fazer legislações estaduais, devido à autonomia federativa, assegurando o cumprimento desse teto”, afirmou o ministro. “Teremos legislações estaduais com o teto e esse projeto de lei com o teto. E pode ser que haja, na emenda à PEC dos gastos federais.”

Segundo Henrique Meirelles, o contrato preliminar da renegociação, assinado recentemente entre a União e os entes estaduais, prevê o corte de benefícios no pagamento da dívida para governadores que não aprovarem as leis estaduais. (Folhapress)

“Reestruturação da dívida foi mantida”, diz Meirelles

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, alterou sua agenda e voltou à Brasília ontem para tratar do projeto de renegociação das dívidas estaduais, que se tornou um dos primeiros entraves ao ajuste fiscal. O adiamento na votação do texto na Câmara na terça (2) provocou dúvidas no mercado sobre a capacidade do governo de aprovar as medidas de ajuste nas contas públicas. "Achei que seria mais relevante estar aqui em Brasília acompanhando o desenrolar de todo esse assunto", disse o ministro, que tratou do assunto pela terceira vez em menos de 24 horas. Meirelles reafirmou que o governo não recuou ao aceitar tirar do projeto de renegociação a nova definição

sobre o que é gasto com pessoal para cumprimento do limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. "Não há recuo. A reestruturação da dívida foi mantida integralmente. E a contrapartida do teto dos gastos está mantida. O que está em discussão são assuntos relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal, que foram incluídos no projeto a pedido dos governadores" afirmou. O ministro disse ainda que o governo não está preocupado com o prazo para votação do projeto. "Evidentemente, quanto mais cedo for aprovado ao projeto, melhor. Mas isso não tem nenhum efeito de curto prazo." (FP)

Veículo: O Popular

Data: 04/08/2016

Páginas/Editoria: 9/Giro

<http://www.opopular.com.br/?renderAsFlip>

Palavra-chave: Ajuda, recursos, prefeitura, Estado, hospital, Araújo Jorge.

Link:

SOS Araújo Jorge

A Prefeitura publicou ontem, finalmente, no *Diário Oficial* do Município a autorização para o repasse de R\$ 800 mil mensais, recursos do governo estadual, para socorrer o Hospital Araújo Jorge. Nesta semana vai liberar os valores de junho e julho. Ao todo serão R\$ 9,6 milhões em 12 meses para socorrer o hospital, que interrompeu transplantes e ameaçava fechar outras áreas.

Veículo: O Popular

Data: 04/08/2016

Páginas/Editoria: 9/Goro

Link: <http://www.opopular.com.br/?renderAsFlip>

Palavra-chave: Servidores, sindicato, Sindjustiça, protesto, greve, PLP 257.

Sindicato contra PLP

O Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás (Sindjustiça) propôs aos representantes da categoria greve geral caso o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16 seja aprovado na Câmara dos Deputados. Pelo projeto, o aumento no prazo para o pagamento de dívidas dos Estados e do DF com a União estaria condicionado ao congelamento dos salários por dois anos, entre outras medidas.

Veículo: O Hoje

Data: 04/08/2016

Páginas/Editoria: 2/Política

Link: <http://flip.ohoje.com/impresso/3554/3554.pdf>

Palavra-chave: Saúde, audiência pública, financiamento, prefeituras, atenção básica.

Demandas

O deputado federal Roberto Balestra (PP-GO) teve audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, e prefeitos de 18 municípios goianos. Intenção era apresentar as demandas dos municípios ao ministro.

Cobrança

Foram apresentados programas e financiamentos disponibilizados às prefeituras e discutidos temas como Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência e Atenção à Saúde Básica.

Veículo: Diário da Manhã

Data: 04/08/2016

Páginas/Editoria: 6/Governabilidade

Link: <https://impresso.dm.com.br/edicao/20160804/pagina/6>

Palavra-chave: Saúde, governo, recursos, municipalização, administração.

SAÚDE

A administração dos recursos do SUS, do Ministério da Saúde, é municipalização plena. A responsabilidade é inteira do município. Compete aos municípios cuidar da saúde municipal. Nós cuidamos da saúde regional através dos grandes hospitais estaduais. E cuidamos bem, graças a Deus. Além disso, nós temos parcerias com algumas prefeituras, como a de Itumbiara através do pagamento de leitos. Se no futuro a prefeitura construir um hospital e buscar parceria para custeio ou manutenção de UTIs, com certeza haverá boa vontade por parte do Governo do Estado.

Veículo: Diário da Manhã

Data: 04/08/2016

Páginas/Editoria: 14/Fio Direto

Link: <https://impresso.dm.com.br/edicao/20160804/pagina/14>

Palavra-chave: Saúde, prefeitura, aplicativo, agendamento, consultas.

NetConsulta

Hoje, Paulo Garcia lança um aplicativo para dispositivos móveis para facilitar a vida dos cidadãos que utilizam o sistema de saúde pública administrado pela Prefeitura de Goiânia. As pessoas poderão marcar agendamento de consultas eletivas (não emergenciais), sendo que a primeira consulta, o usuário do SUS ainda terá de marcar pelo Teleconsulta (0800 646 1560). A plataforma estará disponível no sistema Android para testes a partir de amanhã.